

FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA:  
A FORMAÇÃO DO SER HUMANO NA SOCIEDADE COMUNISTA  
COMO REFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA<sup>1</sup>.

Newton Duarte<sup>2</sup>

### **Introdução**

O tema dessa mesa de abertura desse seminário é o dos fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica. Nos dias atuais esse tema é desafiador ao menos por duas razões. A primeira é a de que os fundamentos teóricos são abertamente desvalorizados no campo dos estudos pedagógicos e em seu lugar louva-se o ecletismo e o espírito pragmático. A segunda é a de que não são poucos aqueles que consideram totalmente sem sentido defender-se uma pedagogia marxista.

Já que o tema da mesa é polêmico, apresentarei aqui uma reflexão que vai na direção totalmente oposta a quase tudo o que tem sido falado e escrito em educação neste início de século XXI. Defenderei que nossa referência para a educação contemporânea deve ser a formação dos seres humanos na sociedade comunista.

Essa afirmação decorre de uma premissa, a de que a pedagogia histórico-crítica exige por parte de quem a ela se alinha um posicionamento explícito perante a luta de classes e, portanto, perante a luta entre o capitalismo e o comunismo. Quem prefira não se posicionar em relação à luta de classes não poderá adotar de maneira coerente essa perspectiva pedagógica.

Mas defender que a educação na sociedade contemporânea deveria ter como referência a formação dos seres humanos na sociedade capitalista não seria um tanto idealista, ou até mesmo utópico, considerando-se que o socialismo não foi vitorioso no século XX? Se entendermos que entre o capitalismo e o comunismo existe a sociedade socialista como uma transição, pode-se afirmar que nem sequer a transição socialista conseguiu chegar ao final do século XX, tendo o capitalismo vencido a luta contra os países que tentaram implantar o socialismo. Se a perspectiva de passarmos a uma nova tentativa de transição socialista não se apresenta como uma previsão realista a curto prazo, o que justificaria, portanto, tomar como referência algo ainda mais longínquo da realidade atual, ou seja, o comunismo?

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no Seminário “Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos” realizado em 2009 na Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, campus de Araraquara. Incluído na coletânea com o mesmo título do seminário, organizada por Ana C. G. Marsiglia, publicada pela editora Autores Associados, em 2011.

<sup>2</sup> Professor titular do Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, campus de Araraquara. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Estudos Marxistas em Educação”.

Embora o comunismo não se apresente como uma realidade da qual minha geração poderá fazer parte, as premissas para a humanidade chegar a esse estágio de desenvolvimento estão dadas na própria realidade capitalista. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) já apresentavam o comunismo como uma possibilidade a partir das condições existentes:

O comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser instaurado, um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento (...) resultam dos pressupostos atualmente existentes. (Idem, p. 38)

Mas para compreendermos como o comunismo pode se desenvolver a partir da realidade capitalista é necessário entendermos a dialética imanente a essa realidade, ou seja, precisamos entender o movimento das contradições. Esse movimento histórico dialético tem como um dos pólos da contradição a propriedade privada e a divisão social do trabalho, ou seja, a alienação:

Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjeturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado. O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. (Idem, p. 38)

O outro pólo dessa contradição dialética é o de que essa atividade humana alienada produz as condições de sua própria superação:

Essa “alienação” para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força

produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomençariam e toda a velha imundície acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, são postos em lugar dos indivíduos locais. (Idem, p. 38-39)

Na análise desenvolvida por Marx e Engels sobre essa dialética entre a alienação e o desenvolvimento dos seres humanos mostra-se de fundamental importância a produção histórica das condições objetivas e subjetivas para que os indivíduos superem os limites da existência presa ao ambiente local imediato:

Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cujas opressão eles também representavam como um ardil do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como mercado mundial. Mas é do mesmo modo empiricamente fundamentado que, com o desmoronamento do estado de coisas existente da sociedade por obra da revolução comunista (...) e com a superação da propriedade privada, superação esta que é idêntica àquela revolução, esse poder (...) é dissolvido e então a libertação de cada indivíduo singular é atingida na mesma medida em que a história transforma-se plenamente em história mundial. De acordo com o já exposto, é claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criações dos homens). A dependência multifacetada, essa forma natural da cooperação histórico-mundial dos indivíduos, é transformada, por obra dessa revolução comunista, no controle e domínio consciente desses poderes, que, criados pela atuação recíproca dos homens, a eles se impuseram como poderes completamente estranhos e os dominaram. (Idem, p. 40-41)

Essa deve ser a linha mestra a conduzir as ações dos educadores alinhados à pedagogia histórico-crítica: lutar para que se torne cada vez mais intensa em todos os

indivíduos a necessidade de criação da capacidade de fruição dessa produção material e espiritual universal. A revolução comunista nasce dessa contradição entre a existência da massa dos absolutamente sem propriedade e o caráter universal e multifacetado da riqueza material e espiritual produzida pelo trabalho dos próprios seres humanos. Uma pedagogia que valorize a liberdade dos indivíduos não será aquela que tenha por objetivo formar nos alunos a capacidade de adaptação à realidade local da qual eles fazem parte, mas sim aquela que forme nos alunos a consciência da necessidade de apropriação da riqueza espiritual universal e multifacetada. A título de exemplo trago a questão do ensino de literatura, que vem sendo objeto da pesquisa de doutorado de Nathalia Botura de Paula Ferreira, integrante do grupo de pesquisa Estudos Marxistas em Educação. A literatura é um dos conteúdos escolares nos quais se mostra com maior riqueza a dialética entre as condições históricas específicas de produção de um bem cultural e o valor universal que esse bem pode adquirir no decorrer da história humana. Aliás, isso também já fora constatado por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, ao analisarem o processo de formação do mercado mundial por obra da produção capitalista:

Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal. (Marx e Engels, 1989a, p. 368)

É nessa direção que explorarei neste texto a questão dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, a partir de três pontos: a individualidade livre e universal na sociedade comunista; a auto-atividade como atividade plena de sentido e fundamento da vida na sociedade comunista e, por fim, as relações humanas plenas de conteúdo na sociedade comunista.

### **1. A individualidade livre e universal na sociedade comunista**

Ao contrário do que afirma a maioria dos antimarxistas e até mesmo uma parte dos marxistas, a teoria de Marx tem a questão da individualidade no centro de suas análises

da história humana. Vejamos inicialmente como a questão da individualidade está no centro da concepção marxista da sociedade comunista:

O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados. O existente que o comunismo cria é precisamente a base real para tornar impossível tudo o que existe independentemente dos indivíduos, na medida em que o existente nada mais é do que um produto do intercâmbio anterior dos próprios indivíduos. (Marx e Engels, 2007, p. 67)

Entretanto, não falta quem argumente que para o marxismo o indivíduo é dissolvido na coletividade comunista, o que é categoricamente negado por Marx e Engels:

De toda a exposição anterior resulta que a relação coletiva em que entraram os indivíduos de uma classe e que era condicionada por seus interesses comuns diante de um terceiro foi sempre uma coletividade à qual os indivíduos pertenciam como indivíduos médios, somente enquanto viviam nas condições de existência de sua classe; uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membros de uma classe. Ao contrário, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam sob seu controle suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade, dá-se exatamente o inverso: nela os indivíduos participam como indivíduos. É precisamente essa associação de indivíduos (atendendo, naturalmente, ao pressuposto de que existam as atuais forças produtivas desenvolvidas) que coloca sob seu controle as condições do livre desenvolvimento e do movimento dos indivíduos – condições que estavam até agora entregues ao acaso e haviam se autonomizado em relação aos indivíduos singulares justamente por meio de sua separação como indivíduos, por sua união necessária dada com a divisão do trabalho e por meio de sua separação transformada num vínculo que lhes é alheio. A união anterior (...) só era uma união (...) sob essas condições, no interior das quais os indivíduos podiam desfrutar do acaso. Esse direito de poder desfrutar tranquilamente do acaso, sob certas condições, foi até então chamado de liberdade pessoal. (Marx e Engels, 2007, p. 66-67)

A liberdade do indivíduo na coletividade comunista é muito maior do que a liberdade restrita que é a de poder mover-se em meio ao acaso das condições alienadas de existência próprias à naturalidade da divisão social do trabalho no capitalismo. Isso porque na coletividade comunista os indivíduos controlam as condições da existência, o que possibilita o livre desenvolvimento dos seres humanos, o que é bem diferente do

desenvolvimento espontâneo que ocorre nas condições autonomizadas que na sociedade capitalista comandam a vida dos indivíduos à revelia de sua vontade e de sua consciência. Alcançar essa liberdade só é possível por meio da luta revolucionária pela superação da realidade comandada pelo capital:

Portanto, de um lado há uma totalidade de forças produtivas que assumiram como que uma forma objetiva e que, para os próprios indivíduos, não são mais as forças do indivíduo, mas da propriedade privada e, por isso, são as forças dos indivíduos apenas na medida em que eles são proprietários privados. Em nenhum período anterior as forças produtivas assumiram essa forma indiferente para o intercâmbio dos indivíduos na qualidade de indivíduos, porque seu próprio intercâmbio era ainda limitado. De outro lado, confronta-se com essas forças produtivas a maioria dos indivíduos, dos quais essas forças se separaram e que, por isso, privados de todo conteúdo real de vida, se tornaram indivíduos abstratos, mas que somente assim são colocados em condições de estabelecer relações uns com os outros na qualidade de indivíduos. (Marx e Engels, 2007, p. 72)

Poder-se-ia perguntar por que os indivíduos tiveram que ser reduzidos à condição de indivíduos abstratos para que pudessem estabelecer relações entre si na qualidade de indivíduos. A resposta é justamente a de que antes da sociedade capitalista o intercâmbio era limitado e os indivíduos ainda estavam presos às condições de reprodução de sua existência que se apresentavam a eles como condições naturais. Isso impossibilitava que eles pudessem atuar realmente como indivíduos. Com a mundialização das relações de mercado, com a autonomização das forças produtivas levada a cabo pela sociedade capitalista, os indivíduos passam a se relacionarem mediados pelo valor de troca, suas relações são desprovidas de todo conteúdo, eles se tornam indivíduos unilaterais, indivíduos abstratos. Mas a superação desse estado de coisas não consiste num retorno às relações sociais do passado pré-capitalista. Essa superação só é possível com a apropriação total, pela humanidade despossuída, da riqueza material e espiritual:

Essa apropriação está primeiramente condicionada pelo objeto a ser apropriado – as forças produtivas desenvolvidas até formar uma totalidade e que existem apenas no interior de um intercâmbio universal. Sob essa perspectiva, portanto, tal apropriação tem que ter um caráter correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio. A apropriação dessas forças não é em si mesma mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o

desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. (Idem, p. 73)

Esse é o primeiro ponto que Marx e Engels destacam nesse processo de apropriação. Se o objeto a ser apropriado é uma totalidade de forças produtivas que só existem no intercâmbio universal, então a apropriação não pode ser parcial, deve ocorrer na totalidade dessas forças. Se transpusermos esse raciocínio para a questão do conhecimento, na medida em que ele também integra as forças produtivas, então fica claro que a pedagogia histórico-crítica não poderia preconizar outra coisa que não fosse a apropriação, pela classe trabalhadora, da totalidade do conhecimento socialmente existente. Claro que não se trata de afirmar que cada indivíduo poderá se apropriar dessa totalidade, mas que a classe trabalhadora, no processo revolucionário, deverá se apropriar desse conhecimento. Essa é uma exigência que se põe tanto pelo lado do objeto a ser apropriado como pelo lado do sujeito desse processo de apropriação:

Essa apropriação é, além disso, condicionada pelos indivíduos que apropriam. Somente os proletários atuais, inteiramente excluídos de toda auto-atividade, estão em condições de impor sua auto-atividade plena, não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no decorrente desenvolvimento de uma totalidade de capacidades. Todas as apropriações revolucionárias anteriores foram limitadas; os indivíduos, cuja auto-atividade está limitada por um instrumento de produção e por um intercâmbio limitados, apropriavam-se desse instrumento de produção limitado e chegavam, com isso, apenas a uma nova limitação. Seu instrumento de produção tornava-se sua propriedade, mas eles mesmos permaneciam subsumidos à divisão do trabalho e ao seu próprio instrumento de produção. Em todas as apropriações anteriores, uma massa de indivíduos permanecia subsumida a um único instrumento de produção; na apropriação pelos proletários, uma massa de instrumentos de produção tem de ser subsumida a cada indivíduo, e a propriedade subsumida a todos. O moderno intercâmbio universal não pode ser subsumido aos indivíduos senão na condição de ser subsumido a todos. (Marx e Engels, 2007, p. 73)

A classe trabalhadora, na sociedade capitalista, foi destituída de toda a propriedade, foi reduzida à condição de proprietária unicamente da força de trabalho, que deve ser vendida ao capital em troca do salário. Assim como as forças produtivas não podem ser apropriadas parcialmente pela classe trabalhadora, esta não pode ser sujeito dessa apropriação apenas parcialmente, é necessário que essa apropriação seja para todos. E para que isso ocorra é preciso que a forma dessa apropriação também seja universal:

A apropriação é, ainda, condicionada pelo modo como tem de ser realizada. Ela só pode ser realizada por meio de uma união que, devido ao caráter do proletariado, pode apenas ser uma união universal, e por meio de uma revolução na qual, por um lado, sejam derrubados o poder do modo de produção e de intercâmbio anterior e o poder da estrutura social e que, por outro desenvolva o caráter universal e a energia do proletariado necessária para a realização da apropriação; uma revolução na qual, além disso, o proletariado se despoje de tudo o que ainda restava de sua precedente posição social. (Marx e Engels, 2007, p. 73-74)

É necessário agora explorar dois aspectos desse pensamento até aqui exposto. O primeiro é a questão da atividade humana e o segundo é o do conteúdo das relações humanas e, por consequência, o conteúdo da individualidade humana.

## **2. A autoatividade como atividade plena de sentido**

Um aspecto não secundário nas análises de Marx e Engels sobre a sociedade comunista é a questão da autoatividade. Na sociedade comunista deixa de existir a separação entre atividade material e espiritual, deixa de existir a alienação do trabalho e este se torna autoatividade, ou seja, atividade na qual o indivíduo desenvolve sua personalidade e por meio da qual ele deixa a marca de sua individualidade na riqueza humana:

Somente nessa fase a auto-atividade coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos até se tornarem indivíduos totais e à perda de todo seu caráter natural; e, assim, a transformação do trabalho em auto-atividade corresponde à transformação do restrito intercâmbio anterior em intercâmbio entre os indivíduos como tais. (Idem, p. 74)

Mas para alcançar-se a auto-atividade é necessária a superação do caráter alienado do trabalho na sociedade capitalista. Nessa sociedade o trabalho ao invés de ser uma atividade de auto-realização dos indivíduos é apenas um meio para a sobrevivência:

O trabalho, único vínculo que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência, perdeu para eles toda aparência de auto-atividade e só conserva sua vida definindo-a. Enquanto em períodos precedentes, a auto-atividade e a produção da vida material estavam separadas pelo único fato de que elas incumbiam a pessoas diferentes e que a produção da vida material, devida à limitação dos próprios indivíduos, era concebida ainda como uma forma inferior de auto-atividade, agora a auto-atividade e a



produção da vida material se encontram tão separadas que a vida material aparece como a finalidade, e a criação da vida material, o trabalho (que é, agora, a única forma possível mas, como veremos, negativa, da auto-atividade), aparece como meio. (Idem, p. 72-73)

Essa transformação da autoatividade em mero meio para a existência material já havia sido analisada por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, no item sobre o trabalho alienado:

O trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, que portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica sua physis e arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. (...)

Pois em primeiro lugar o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem só como um meio para satisfazer uma necessidade, a necessidade de manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida do gênero. É a vida engendradora de vida. No tipo de atividade vital jaz o caráter inteiro de uma species, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida. (...) O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência. (Marx, 1989b, p. 153 e 156)

Dessa análise realizada por Marx podemos concluir que os indivíduos não podem ter uma vida plena de sentido se sua atividade vital, o trabalho, está reduzida a um simples meio de sobrevivência. Vejam o que os seres humanos são obrigados a fazer na sociedade capitalista: para continuarem a viver precisam desfazer-se de uma parte de sua vida, precisam vendê-la a outro e não vendem qualquer parte de sua vida, vendem a mais importante, que é precisamente sua atividade vital, aquela que permitiria seu desenvolvimento como ser genérico, como indivíduo conscientemente integrante do gênero humano. Como poderíamos esperar que nossa personalidade fosse plenamente desenvolvida vivendo numa sociedade na qual nos alienamos da principal parte de nossa vida? Claro que não estou desconsiderando que existem diferentes graus de alienação do trabalho na sociedade contemporânea, ou seja, não ignoro que há atividades de trabalho que são mais profundamente alienantes e degradantes do que

outras. Mas o simples fato de que as pessoas precisem trabalhar em troca de dinheiro já caracteriza a alienação do trabalho. O fato de que alguns tipos de trabalho recebam em nossa sociedade o pagamento de um salário maior do que outros tipos de trabalho não faz dos primeiros uma atividade não alienada. Na sociedade comunista o trabalho deixa de ser um meio para a existência e passa a ser a condição para o indivíduo desenvolver sua personalidade à altura do desenvolvimento das forças produtivas humanas. Na sociedade capitalista o ser humano trabalha para viver, na sociedade comunista o ser humano viverá para poder trabalhar porque trabalhar significará realizar uma atividade plena de sentido, na qual o indivíduo se desenvolva de maneira universal e livre.

Assim como a superação da propriedade privada pela sociedade comunista levará à autoatividade como uma atividade que concretamente dará sentido à vida humana, nesse mesmo processo as relações entre os indivíduos tornar-se-ão plenas de conteúdo.

### **3. As relações humanas plenas de conteúdo na sociedade comunista**

Para concluir minha exposição estabelecerei uma relação que à primeira vista pode parecer um tanto estranha: entre o fato da pedagogia histórico-crítica defender uma educação escolar na qual ocupa lugar central a transmissão e a apropriação dos conteúdos clássicos integrantes da cultura universal e o princípio segundo o qual na sociedade comunista as relações entre os indivíduos humanos são plenas de conteúdo.

Tenho afirmado em aulas e palestras que uma das formas de entendermos a concepção marxista de comunismo é a de que se trata de uma sociedade na qual as relações humanas e a vida humana são plenas de conteúdo, em oposição ao caráter unilateral, abstrato e vazio das relações humanas na sociedade capitalista. Se a riqueza da individualidade depende das relações sociais das quais participa o indivíduo, então é claro que nossa individualidade é extremamente pobre na sociedade contemporânea, na qual as relações sociais são reduzidas a um único denominador comum: o dinheiro.

A dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui seu nexos social. Este nexos social se expressa no valor de troca, e somente neste a atividade do indivíduo e o produto dessa atividade se transformam em atividade ou em produto para o próprio indivíduo. O indivíduo deve produzir um produto universal: o valor de troca ou, considerado este em si mesmo isolado e individualizado, o dinheiro. O indivíduo leva consigo mesmo, em seu

bolso, o poder social, bem como seu nexos com a sociedade. (MARX,1993, p. 156-157)

Se na sociedade capitalista os indivíduos estão reduzidos a essa absoluta unilateralidade, a essa falta de conteúdo da atividade humana e das relações humanas, na sociedade comunista os conteúdos objetivamente existentes da riqueza humana transformam-se em conteúdos da subjetividade rica dos indivíduos:

A realidade efetiva objetiva se torna em toda parte de um lado realidade efetiva das potências essenciais do homem, realidade efetiva humana e por isso realidade efetiva de suas próprias potências essenciais, todos os objetos se lhe tornam a objetivação de si mesmo, se lhe tornam os objetos que realizam efetivamente e confirmam a sua individualidade, objetos seus, ou seja, ele mesmo se torna objeto. (...) A peculiaridade de cada potência essencial é exatamente a sua essência peculiar, portanto também o modo peculiar da sua objetivação, do seu ser vivo, objetivamente efetivo. Não só no pensar, por conseguinte, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo. (Marx, 1989b, 175)

Quando a pedagogia histórico-crítica coloca em primeiro plano a socialização pela escola das formas mais desenvolvidas do conhecimento até aqui produzido pela humanidade, seu fundamento é justamente o de que a vida humana na sociedade comunista é uma vida plena de conteúdo da mesma forma que as relações entre os indivíduos na sociedade comunista tornam-se plenas de conteúdo. Mostra-se, dessa maneira, o quanto é desprovida de sentido a tão repetida oposição entre uma educação escolar voltada para a transmissão de conteúdos e uma educação escolar voltada para a vida.

Ao afirmar que na sociedade comunista a vida humana é plena de sentido e de conteúdo (duas maneiras de dizer a mesma coisa), estou afirmando que nessa sociedade as relações entre os indivíduos mostram-se realmente humanizadas. E isso foi analisado de forma particularmente ilustrativa por Marx ao referir-se às relações entre o homem e a mulher:

A relação imediata, natural, necessária do ser humano com o ser humano é a relação do homem com a mulher. (...) A partir desta relação se pode portanto julgar o nível inteiro de cultura do ser humano. A partir do caráter desta relação se segue até que ponto o ser humano se veio a ser e se apreendeu como ser genérico, como ser humano; a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com o ser humano. Nela se mostra portanto até que ponto o comportamento natural do ser humano se tornou humano ou

até que ponto a essência humana se lhe tornou essência natural, até que ponto a sua natureza humana se lhe tornou natureza. Nesta relação também se mostra até que ponto a necessidade do ser humano se lhe tornou necessidade humana, portanto até que ponto o outro ser humano como ser humano se lhe tornou uma necessidade, até que ponto ele em sua existência mais individual é ao mesmo tempo ser comunitário. (Marx, 1989b, p. 167-168)

A plena humanização das relações entre os indivíduos alcançada por meio da revolução comunista que transforme a riqueza material e espiritual universal do gênero humano em conteúdo universal da vida de cada indivíduo é, a meu ver, ao mesmo tempo o horizonte e o fundamento da pedagogia histórico-crítica.

#### Referências

Marx, K. e Engels, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

Marx, K. e Engels, F. Burgueses e Proletários (Manifesto do Partido Comunista). In: Fernandes, F. (org.) **Marx e Engels: História**. São Paulo, Ática, 365-375, 1989a, 3ª ed.

Marx, K. e Engels, F. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844). In: Fernandes, F. (org.) **Marx e Engels: História**. São Paulo, Ática, 146-181, 1989b, 3ª ed.

Marx, K. **Grundrisse**. Londres, Inglaterra, Penguin Books, 1993.